JUSTIÇA CLIMÁTICA E ESPERANÇA POLÍTICA

Entrevista com Darrel Moellendorf

DOI: 10.25091/S01013300202600020011

Lucas Petroni*
Guilherme Cardoso Moraes**

RESUMO

Nesta entrevista, Darrel Moellendorf examina a crise climática como um problema de justiça. Ao articular mudança climática, pobreza e desenvolvimento humano, ele discute a distribuição global das responsabilidades, os conflitos da transição energética e o papel da esperança e da mobilização democrática na construção de um futuro pós-carbono.

PALAVRAS-CHAVE: *crise climática*; *justiça climática*; *esperança*; *mobilização política*

Climate Justice and Political Hope

ABSTRACT

In this interview, Darrel Moellendorf examines the climate crisis as a problem of justice. Connecting climate change, poverty, and human development, he discusses the global distribution of responsibilities, the conflicts surrounding the energy transition, and the role of hope and democratic mobilization in building a post-carbon future.

KEYWORDS: *climate crisis*; *climate justice*; *hope*; *political mobilization*

[*] Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas (EESP FGV), São Paulo, SP, Brasil.
lucas.petroni@fgv.br

[**] Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil.
gcdmoraes@gmail.com

Darrel Moellendorf é um dos nomes centrais da filosofia política contemporânea dedicada à justiça global e à justiça climática. Desde *Cosmopolitan Justice* (2002) e *Global Inequality Matters* (2009), sua obra foi decisiva para deslocar o debate sobre mudança climática de uma preocupação que se limitava à distribuição de emissões entre países para uma reflexão mais ampla sobre pobreza, desigualdade global, desenvolvimento humano e responsabilidade política. Em *Mobilizing Hope: Climate Change and Global Poverty* (2022), essa virtude da sua obra ganhou uma nova dimensão: a crise climática não aparece apenas como um problema técnico de mitigação, mas como uma questão de economia política, mobilização democrática e transformação do regime energético global. Nesse sentido, a obra de

Moellendorf integra uma nova tendência da literatura sobre justiça climática, menos preocupada em refinar métricas distributivas abstratas e mais atenta às condições políticas, sociais e institucionais sob as quais uma transição justa pode ser efetivamente construída. Como ele argumenta em *Mobilizing Hope*, enfrentar a mudança climática exige compreender o entrelaçamento moral e factual entre aquecimento global e pobreza, bem como mobilizar apoio político amplo para uma visão de prosperidade sustentável, solidariedade global e desenvolvimento humano. A entrevista que se segue, realizada em maio de 2026, parte justamente desse ponto: como pensar a justiça climática ao mesmo tempo como um problema moral e de contestação política, e qual o papel da esperança como catalisadora de utopias concretas? Afinal, como escreveu Christina Rossetti, esperança é apenas o medo em um dia ensolarado.[1]

[1] Trecho do poema "Yet a Little While" de Christina Rossetti: "I hope indeed; but hope itself is fear/Viewed on the sunny side".

Você poderia começar nos contando como surgiu o seu interesse pela justiça climática, quando isso começou, o que inicialmente o atraiu para esse tema e como essa preocupação evoluiu ao longo da sua carreira?

Meu interesse pela justiça climática começou como parte do meu interesse pela justiça global. Escrevi um livro – meu primeiro livro – sobre justiça global, publicado em 2002, chamado *Cosmopolitan Justice* (2002). Perto de seu final havia uma breve discussão sobre justiça climática.

No fim dos anos 1990, já ouvia as pessoas falarem um pouco sobre mudança climática, embora o tema ainda não aparecesse muito nas notícias, e eu não soubesse muito a respeito. Mas me pareceu que se tratava de uma questão relevante para a justiça global, porque parecia bastante evidente que os mais pobres seriam particularmente prejudicados pela mudança climática. Por isso esse tema acabou encontrando um caminho naquele primeiro livro.

No meu segundo livro sobre justiça global, *Global Inequality Matters* (2009), o tema também aparece, ainda que de maneira limitada. Eu continuei a enxergá-lo como parte das preocupações ligadas à justiça global, mas foi depois desse livro que decidi me dedicar de maneira mais profunda e intensa à mudança climática. Comecei por volta de 2008, no fim da primeira década dos anos 2000. E isso acabou resultando no meu primeiro livro especificamente sobre mudança climática, chamado *The Moral Challenge of Dangerous Climate Change* (2014).

Eu continuei trabalhando nesse tema porque me parecia simplesmente uma das questões mais importantes do nosso tempo. E também porque era algo sobre o qual os filósofos ainda não estavam trabalhando muito. Eu achava que tínhamos algo a contribuir para a compreensão de qual seria a resposta apropriada à mudança climática. Por isso continuei tentando fazer isso em *Mobilizing Hope* (2022).

Com *Mobilizing Hope*, comecei a perceber que a importância do tema não estava apenas nos argumentos sobre justiça climática em sentido abstrato, mas também na justiça de políticas específicas e, em particular, em como mobilizar apoio para essas políticas. Percebi que havia também um papel para os filósofos – e para aqueles interessados em questões normativas – em pensar sobre como mobilizar esse apoio.

Em* Mobilizing Hope *você adota uma forma particularmente interessante de teorização, que combina teoria política, filosofia moral e um diálogo profundo com as ciências empíricas, como a ciência do clima, a sociologia e a economia. Na sua visão, essa combinação reflete uma exigência particular do tema da justiça climática, ou corresponde a uma maneira mais ampla de pensar e fazer teoria política?

Acho que provavelmente um pouco dos dois, mas mais da segunda opção. Quero dizer, há pessoas que trabalham com mudança climática de uma maneira mais voltada para questões conceituais, por exemplo, quando pensam sobre justiça intergeracional. Elas podem se envolver em debates sobre o problema da não-identidade e sobre como isso afeta nossa maneira de pensar a justiça entre gerações. Então, acho que é possível ter uma abordagem um pouco – ou talvez consideravelmente – menos empírica do tema.

Mas o meu interesse pela filosofia, ou pelo menos pela filosofia política, sempre esteve voltado para questões contemporâneas, aquilo que as pessoas chamam de teoria não ideal. Penso que, para fazer bem esse tipo de trabalho, é importante ter uma compreensão do que está acontecendo e tentar entender quais podem ser as possibilidades de mudança. Para compreender o que está acontecendo, é preciso ser capaz de ler a ciência do clima tal como ela é publicada para o grande público, especialmente para o público não especializado. Também é necessário ler parte da ciência política contemporânea, da economia contemporânea e da bibliografia sobre relações internacionais. Se você pretende trabalhar dentro do escopo ou da tradição daquilo que, em termos amplos, chamamos de teoria não ideal, esse tipo de abordagem é necessário.

Também é algo que eu gosto. Para mim, em parte, isso também se deve a minha curiosidade. Gosto de me envolver com trabalhos fora da filosofia e de tentar compreender esse material, como forma de entender melhor o mundo ao nosso redor e como talvez possamos transformá-lo.

Você poderia explicar de maneira mais precisa a diferença entre teoria ideal e teoria não ideal? Como você compreende essa distinção?

Sim. Estou usando essa distinção de maneira relativamente livre aqui na nossa conversa. Acho que a forma como ela é tradicionalmente compreendida – ou pelo menos uma das formas em que ela é

tradicionalmente compreendida, especialmente em relação ao filósofo John Rawls (2008) – é a seguinte: teoria ideal é uma teoria sobre o que seria uma sociedade justa, como ela seria, quais seriam suas instituições e o que a justiça exige. E teoria não ideal é uma teoria sobre os passos necessários e permissíveis para alcançar esse ideal. Então, se entendermos teoria ideal de forma tão estrita, eu não estou exatamente fazendo teoria não ideal no meu livro (Moellendorf, 2022), porque não estou pressupondo uma teoria ideal específica para a qual minha teoria não ideal estaria orientada – o que seria, estritamente falando, a compreensão rawlsiana do que a teoria não ideal faz.

Em vez disso, o que estou fazendo é falar sobre circunstâncias de injustiça e sobre as maneiras pelas quais uma maior justiça pode ser alcançada, sem pressupor uma teoria plenamente desenvolvida do que a justiça exige em sentido ideal. Em meu trabalho, me apoio fortemente nas normas da *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas* (UN, 1992) e argumento que, se as levarmos a sério, veremos que elas são moralmente plausíveis e que fornecem uma direção sobre como devemos proceder. Não precisamos de um acordo sobre uma teoria ideal mais sofisticada ou mais elaborada para realizar esse tipo de trabalho.

Em uma parte particularmente importante do seu último livro (Moellendorf, 2022), você contesta a ideia de que a erradicação da pobreza deveria ter prioridade sobre a mitigação climática. Na sua visão, como a justiça climática se relaciona com outras exigências de justiça, como a própria erradicação da pobreza?

Existe uma visão que talvez já não seja tão popular teoricamente, mas que, implicitamente, penso eu, está sempre presente entre os países de baixo e médio nível de desenvolvimento: o projeto nacional de desenvolvimento tem prioridade – ao menos quando a questão se resume a decidir se um país deve perseguir a mitigação da mudança climática ou tentar melhorar as condições de vida dos mais pobres dentro do próprio país. Países como China e Índia reivindicam a continuidade do uso do carvão porque ele é um meio mais barato e acessível, capaz de melhorar significativamente o padrão de vida das pessoas e contribuir para a erradicação da pobreza.

Na teoria política esse argumento não é mais defendido com tanta frequência, mas já foi. Atualmente, ele ainda é apoiado em certa medida por setores conservadores do Norte Global, segundo os quais o projeto mais importante é, na verdade, o projeto de desenvolvimento econômico dos países de baixo e médio desenvolvimento, após o qual esses países poderiam se adaptar à mudança climática. Nesse caso, a mitigação seria menos importante do que o progresso da economia. A ênfase aí está muito mais no crescimento econômico

do que propriamente na erradicação da pobreza, que é o argumento que se ouve com mais frequência entre os países em desenvolvimento. Eu acho que o argumento dos países em desenvolvimento precisa ser levado muito a sério.

Não há razão para pensar que os países em desenvolvimento devam restringir seus esforços para erradicar a pobreza simplesmente porque um problema criado no mundo industrializado agora se tornou urgente. Portanto, se vamos responder à mudança climática de maneira moralmente adequada, precisamos ser capazes de responder também a essa exigência de que o projeto de desenvolvimento humano continue a ser perseguido.

É aí que essas normas – mencionei anteriormente que me apoio fortemente nas normas da *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas* (UN, 1992) – se tornam especialmente importantes. Se as levarmos a sério, penso que elas nos oferecem toda a orientação de que precisamos. Não precisamos de uma teoria ideal plenamente desenvolvida. É nesse ponto que a norma do direito de promover o desenvolvimento sustentável se torna particularmente importante, porque, quando adequadamente interpretada, compreendida e defendida, ela pode nos ajudar a lidar com esse problema de perseguir o desenvolvimento humano tanto em países em rápido desenvolvimento quanto em países subdesenvolvidos, ao mesmo tempo em que enfrentamos o problema da mudança climática.

Você também argumenta que precisamos manter o aquecimento global abaixo de 1,5°C, e não em torno de 2°C. Por que essa diferença aparentemente pequena é tão significativa?

Há um certo sentido em que podemos fetichizar esses números, certo? No entanto, não há algo particularmente importante no número 1,5 ou no número 2. O que realmente importa é que devemos manter o aquecimento climático tão baixo quanto pareça viável – tão baixo quanto conseguirmos –, de forma compatível com esse projeto cooperativo internacional de mitigar simultaneamente a mudança climática e permitir que os países continuem perseguindo seus projetos de desenvolvimento humano.

O número 1,5°C foi reconhecido, muitos anos atrás, como uma meta possível, inicialmente pela comunidade das ONGs; depois foi incorporado pela comunidade diplomática internacional da *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas* (UN, 1992) como uma meta muito ambiciosa, mas realista, para limitar o aquecimento.

A razão para levar isso a sério é que existem projeções, com base nas evidências do que já ocorreu até agora, segundo as quais, para cada aumento de 1°C na temperatura, centenas de milhares de

pessoas permanecem na pobreza por uma geração inteira. Portanto, é preferível 1,5°C em vez de 2°C pela simples razão de que haverá muito menos pessoas presas na pobreza. E, pela mesma razão, é preferível 2°C em vez de 3°C.

Quando chegamos ou ultrapassamos 3°C, começamos a nos preocupar mais com eventos catastróficos e imprevisíveis. Esses eventos podem ocorrer, até onde sabemos, em qualquer patamar de temperatura, mas tornam-se mais prováveis à medida que a temperatura aumenta.

Por isso o número 1,5°C tornou-se um foco entre ativistas e também passou a receber bastante atenção dos esforços diplomáticos para limitar o aquecimento global. Preciso dizer que, neste momento, parece quase impossível alcançar essa meta. O aumento da temperatura no último ano foi de 1,5°C. Claro, foi apenas uma ocorrência pontual. Não é uma média ao longo de vários anos. Mas, considerando que isso já ocorreu, é improvável que consigamos limitar o aquecimento a 1,5°C sem um esforço massivo para retirar carbono da atmosfera.

Existe também o perigo de que, quando ultrapassarmos essas metas, as pessoas simplesmente digam que todo o esforço fracassou. Precisamos nos proteger disso e nos esforçarmos ao máximo para não deixar o aquecimento ultrapassar 1,5°C.

Um segundo grande desafio para a política climática diz respeito à justiça intergeracional. Como podemos persuadir as gerações presentes a arcar com custos significativos de transição hoje, a fim de evitar danos muito maiores às gerações futuras? Esse parece ser um caso em que a teoria moral desempenha um papel essencial. Deveríamos aceitar custos reais hoje para deixar um mundo melhor para as gerações futuras?

Essa é uma pergunta realmente muito boa e importante. Nos primeiros debates entre filósofos que trabalhavam com mudança climática, ela era uma das questões principais. Hoje, ela continua importante, ainda que não como antes.

Essa questão surge, em parte, a partir da própria física da mudança climática. Quando o CO_2 (gás carbônico) é emitido na atmosfera, em média, uma partícula de CO_2 permanece ali por centenas de anos. Em muitos casos por mil anos ou mais. Isso significa que ele permanece lá, aprisionando a radiação solar na atmosfera e aquecendo o planeta. Assim, o problema se torna um problema de muito longo prazo. As emissões que fazemos hoje permanecerão na atmosfera amanhã. Elas afetarão o bem-estar das pessoas daqui a dez, cem ou várias centenas de anos no futuro.

Por outro lado, durante muito tempo se pensou que a mitigação da mudança climática exigiria mudanças custosas em nossa infraestrutura – que teríamos de deixar de usar formas existentes

de geração de energia e construir outras, além de novos meios de transporte e novas formas de aquecer nossas casas. Tudo isso exige instalação e gasto de dinheiro.

Isso costuma ser descrito como se a geração presente estivesse fazendo sacrifícios em nome das gerações futuras. Talvez seja parcialmente verdade, mas não é toda a história – voltarei a esse ponto mais adiante. Mas, na medida em que isso parece ser verdade, surge então a pergunta: "por que deveríamos fazer isso?" Algumas pessoas pensam que isso assume uma importância filosófica especial porque aqueles em favor de quem deveríamos agir são pessoas do futuro.

Isso, por si só, não deveria nos apresentar nenhum problema novo, porque já estamos acostumados a pensar em deveres de justiça que se estendem por grandes distâncias no espaço. Pensamos que podemos ter deveres de justiça para com pessoas que vivem em outros países. O simples fato de elas não viverem entre nós não nos leva a pensar que não temos deveres de justiça em relação a elas.

Às vezes surge a seguinte resposta acompanhada de outra pergunta: "sim, mas essas pessoas ainda nem existem, certo? Elas não existem agora. Então como podemos ter deveres de justiça em relação a pessoas que ainda não existem?" Mas, refletindo um pouco, percebemos que isso não é um problema tão especial. O filósofo Joel Feinberg (1974) discute casos assim. Por exemplo, temos o dever de justiça de não plantar uma bomba em um pátio escolar que explodirá daqui a 250 anos, quando todos nós estivermos mortos. É fácil perceber intuitivamente que, em casos como esse, podemos ter deveres de justiça em relação a pessoas que ainda não nasceram. Se você acha que temos o dever de justiça de não armar essa bomba, então o fato de as pessoas do futuro ainda não terem nascido não o impede de reconhecer que temos deveres de justiça para com elas.

Mas o modo como entendemos esses deveres de justiça e qual teoria usamos para descrevê-los e compreendê-los ainda é algo que desafia os teóricos morais. Então, não se trata de nos perguntarmos se temos ou não esse dever, mas qual é a melhor maneira de entendê-lo e justificá-lo teoricamente. Isso é demonstrado pelo chamado *problema da não identidade.*

Ele é inspirado pelos escritos de Derek Parfit (1984). A ideia básica do problema é que aquilo que fazemos agora, em termos de política energética, vai afetar pessoas – na verdade, as identidades das pessoas – que existirão no futuro. Novas políticas energéticas colocarão em contato pessoas que não se encontrariam se tais políticas não existirem, seja em virtude dos meios de transporte que elas utilizarão, seja pelos tipos de trabalho que exercerão. Haverá, portanto, diferentes padrões de interação entre as pessoas. Haverá diferentes romances, e diferentes bebês nascerão como resultado dessa política.

Assim, a identidade das pessoas do futuro depende do que fazemos agora em relação à política energética. Parfit diz que o problema que isso coloca para a teoria – não para a prática, mas para a teoria – é que se torna difícil afirmar que uma pessoa estaria melhor se tivéssemos agido de outra maneira, já que ela sequer existiria se tivéssemos agido de outra forma. Muitas teorias da responsabilidade afirmam que somos responsáveis na medida em que tornamos as vidas das pessoas piores do que elas teriam sido de outra forma. Esse é o tipo de questão que realmente ocupa os filósofos morais. Eles pensam muito sobre isso, mas como um problema teórico – sobre como devemos compreender esses deveres –, e não como razão para duvidar de que existam deveres em relação ao futuro.

Comecei tudo isso dizendo que, de certo modo, esse problema é hoje menos inquietante do que costumava ser – e com razão. Deixe-me explicar o porquê. Primeiro, agora está claro, de uma maneira que não estava há quinze anos, que a mudança climática está acontecendo neste exato momento. Ela não é apenas uma questão para um futuro distante. Precisamos de políticas que enfrentem o que está acontecendo agora e também no futuro. Portanto, não podemos pensar nisso apenas como um problema intertemporal.

Em segundo lugar, também ficou claro que a transição não precisa ser tão custosa quanto pensávamos. A transição para longe dos combustíveis fósseis pode trazer benefícios reais – e benefícios líquidos, no conjunto. Ainda haverá vencedores e perdedores, mas haverá benefícios líquidos gerais. Portanto, não é como se toda a geração presente tivesse de se sacrificar por uma geração futura. Muitas pessoas que estão vivas hoje estarão em situação muito melhor como resultado dessa transição. Apenas um pequeno grupo de pessoas – principalmente os proprietários de empresas de combustíveis fósseis – será significativamente prejudicado por ela. Nesse sentido, acho que o problema se tornou, de certa forma, menos importante do que pensávamos antes.

Ao longo do seu trabalho, você desenvolveu uma linha de argumentação muito poderosa sobre as vulnerabilidades plutocráticas das democracias contemporâneas. Mas a crise climática parece introduzir um tipo diferente de desafio: se as democracias serão capazes de agir com a velocidade e a coordenação que a emergência climática parece exigir. Recentemente, filósofos como Ross Mittiga (2024) chegaram até a sugerir que, em condições de risco climático existencial, formas mais centralizadas e menos participativas de tomada de decisão podem ser justificadas, se forem necessárias para assegurar uma ação climática eficaz. Você acha que a democracia é, nesse sentido, um obstáculo à transformação necessária para enfrentar a mudança climática?

É verdade que as democracias possuem instituições de tomada de decisão que podem ser lentas. No entanto, nem sempre é assim. Se olharmos para a forma como os países aliados responderam durante a Segunda Guerra Mundial – por exemplo, quando os Estados Unidos decidiram entrar na guerra –, notamos que eles se moveram muito rapidamente para ampliar sua produção militar e responder ao esforço de guerra de maneira robusta. Portanto, a resposta lenta e burocrática não é uma característica necessária das democracias.

Acho que parte do problema que temos hoje para responder à mudança climática não decorre realmente do fato de nossas instituições serem democráticas, mas do fato de que as instituições democráticas que temos são fortemente influenciadas por interesses privados, especialmente pelos interesses das empresas de combustíveis fósseis. É isso que chamo no livro de tendência plutocrática das democracias existentes. Estou pensando particularmente nos Estados Unidos, onde o lobby dos combustíveis fósseis é tremendamente poderoso. Ele exerce uma influência significativa sobre o processo legislativo. São gastos milhões de dólares todos os anos para pressionar o Congresso a adotar políticas favoráveis às empresas de combustíveis fósseis. Essas empresas também promovem campanhas publicitárias de desinformação para tentar convencer as pessoas – aparentemente com sucesso – de que a mudança climática não é a prioridade número um. E agora elas também atuam nas negociações internacionais: há mais representantes das empresas de combustíveis fósseis nas principais reuniões da *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas* (UN, 1992) do que de todos os países africanos juntos. Portanto, elas estão atuando em todos os níveis do processo. E isso é profundamente corrosivo para o enfrentamento correto do problema com a rapidez que ele exige. Esse é o problema fundamental – mais do que as próprias instituições democráticas.

Mas, dito isso, uma questão permanece em aberto: se essas influências não existissem, os regimes democráticos responderiam da forma adequada? Não sabemos. Ainda não temos evidências suficientes para decidir. Interpreto a posição de Mittiga como uma espécie de argumento hipotético. Se fosse óbvio que não conseguiríamos responder utilizando ferramentas democráticas mais tradicionais e se a necessidade de resposta fosse realmente urgente, então talvez houvesse razões para recorrer a formas de ação com menor legitimidade democrática, mas talvez com maior legitimidade geral em países cuja responsabilidade primária fosse a proteção de seus cidadãos.

Mas não acho que chegamos a esse ponto – e nem ele [Mittiga] acha, pelo que conversamos. Por isso vejo um argumento como o dele mais como um exercício de reflexão sobre a legitimidade dos regimes do que, pelo menos neste momento, como uma proposta concreta sobre o que deveríamos fazer em relação à mudança climática.

A tarefa que temos pela frente é tentar descobrir maneiras de reduzir a influência da indústria dos combustíveis fósseis na política democrática. Isso representaria um grande ganho para a própria democracia. Além disso, essa tarefa amplia o escopo da preocupação: o problema deixa de ser apenas a mudança climática e passa a incluir a preservação da própria democracia. Se queremos democracias que sejam dignas desse nome, elas não podem ser sistemas tão influenciados por interesses privados.

Ao discutir o seu princípio antipobreza, você também aborda a responsabilidade dos Estados de arcar com os custos da transição climática, levando em consideração suas diferentes capacidades financeiras. Em resumo, países mais ricos deveriam assumir uma parcela maior dos custos da transição. Contudo, em muitos casos, países mais ricos obtiveram uma parte significativa de sua riqueza e financiaram seu desenvolvimento às custas de maior poluição ambiental, ou mesmo por meio da exploração de países mais pobres, via imperialismo e colonialismo. Por que deveríamos distribuir a responsabilidade pela mudança climática principalmente com base na capacidade econômica, em vez de incluir alguma noção de reparação histórica ou justiça histórica?

Acho que a ideia de injustiça histórica ou reparação histórica faz muito sentido intuitivo para as pessoas – a ideia de que houve uma deterioração do nosso ambiente coletivo ao longo de centenas de anos e que aqueles que estiveram envolvidos nisso deveriam pagar pelos danos causados. Essa é uma intuição poderosa e louvável e tem efeitos importantes no pensamento ambiental de modo geral. Por exemplo, quando há um grande vazamento de petróleo ou algo dessa natureza, as partes que criaram o problema têm a obrigação de responder por ele.

Mas no caso da mudança climática, quando pensamos nas reivindicações dos Estados, o princípio mais importante de justiça internacional é a promoção do desenvolvimento sustentável. Ou seja, os Estados com baixo nível de desenvolvimento têm o direito de continuar perseguindo seus projetos de desenvolvimento humano dentro do contexto mais amplo em que a mitigação da mudança climática é enfrentada cooperativamente pelos Estados do mundo. Se levarmos essa visão a sério, os países desenvolvidos deveriam estar particularmente atentos às reivindicações de desenvolvimento humano por parte dos países de médio e baixo desenvolvimento, a ponto dos custos de enfrentar a mudança climática não serem considerados uma limitação para suas aspirações de desenvolvimento.

Se essa é a questão em torno da qual o projeto cooperativo de mitigação da mudança climática deve ser organizado, o nível de emissões de um Estado não é o fator mais importante. O fator mais

importante é se essas emissões – ou o uso de energia que elas implicam – são necessários para promover o projeto de desenvolvimento humano. Muitos países são capazes de enfrentar a transição para emissões líquidas zero sem empobrecer seus cidadãos e nem reduzir seu nível geral de desenvolvimento humano. E não apenas isso. Esses países também são capazes de contribuir para que outros realizem essa transição sem empobrecer suas populações nem comprometer suas perspectivas de desenvolvimento humano. Esse é o objetivo que deveríamos levar adiante.

Então a questão sobre os princípios históricos é saber se, e em que medida, esses princípios sustentariam esse objetivo. Penso que sustentariam em muitos casos, talvez na maioria. Mas países que estão se desenvolvendo rapidamente também tendem a ter altas emissões, especialmente hoje. Se vamos atribuir responsabilidade com base nas emissões – digamos, considerando os últimos trinta anos –, então as responsabilidades também recairão sobre países em rápido desenvolvimento.

China e Índia, em particular, seriam consideradas especialmente responsáveis pela mudança climática, de uma maneira que muitos países que tiveram algum sucesso em limitar suas emissões não seriam. Se levarmos a sério o direito de promover o desenvolvimento sustentável, essa não seria a melhor maneira de atribuir responsabilidade pela mitigação da mudança climática. É claro que não queremos promover as emissões de CO_2 na China e na Índia. Queremos atribuir responsabilidade de uma forma que promova o máximo possível de desenvolvimento humano ambientalmente sustentável nesses países. Isso pode ser feito se os países mais desenvolvidos assumirem alguma responsabilidade pela transição que precisa ocorrer nos outros países.

Esse argumento não decorre de maneira tão direta de um princípio histórico. É justamente nesses tipos de casos – que talvez não sejam a maioria, mas são muito importantes – que o princípio da capacidade de pagar realmente mostra suas vantagens.

Sua pesquisa parece abordar a crise climática a partir de duas perspectivas complementares. Por um lado, você desenvolve princípios normativos – como o princípio antipobreza – que esclarecem o que os Estados devem às populações presentes e futuras. Por outro, você enfatiza a importância dos agentes políticos, especialmente o papel dos movimentos sociais e da ação coletiva, na mobilização da esperança e na sustentação dos compromissos climáticos. Como você vê a relação entre essas duas dimensões? Como devemos compreender a interação entre a responsabilidade do Estado e a agência política dos cidadãos no avanço da justiça climática hoje?

Essas são questões complexas da vida real, e não sinto que tenha todas as respostas. Vou começar pelo nível filosófico, que de certo modo é o mais fácil, já que o desenvolvimento de sua resposta não exige tipo algum de habilidade estratégica. Nesse nível, trata-se de uma questão sobre quais políticas e ações são necessárias para a concretização de princípios morais, como o princípio antipobreza – segundo o qual a mudança climática é perigosa porque empobrece desnecessariamente as pessoas, isto é, ela lança pessoas na pobreza sem necessidade, porque existem alternativas razoáveis para evitar isso.

Trata-se, portanto, da interação entre os princípios, as políticas necessárias para implementá-los e as ações requeridas para concretizar tais políticas. Com isso em vista, a questão da esperança diz respeito a imaginar como seria uma situação melhor, a pensar em como podemos alcançá-la e a identificar o que nos permite ter esperança de que essa condição mais favorável possa efetivamente se realizar. Penso que a esperança é especialmente importante nessas circunstâncias porque o esforço é difícil. Há resistência ao longo do caminho. Tomás de Aquino descreve a esperança como uma *paixão irascível*, isto é, uma emoção ou paixão que surge diante da resistência. Ela é particularmente importante por causa dessa resistência. A esperança não é algo fácil, não é somente um pensamento desejoso ou otimismo – acreditar que algo dará certo porque outras pessoas estão lá para garantir que dará. A esperança é uma paixão que os agentes possuem quando estão envolvidos em um processo difícil e incerto. É o movimento em direção a essa condição melhor. Justamente por isso ela é importante – porque é uma das formas possíveis de motivação para perseguirmos uma circunstância melhor.

Mas como fazemos isso exatamente? Essa é realmente uma questão que exige uma compreensão tática e estratégica considerável e que, devo dizer, excede a minha própria capacidade. Posso somente afirmar que me parece evidente a existência desse enorme poder social das empresas de combustíveis fósseis. Elas influenciam democracias. Por isso nós precisamos pensar qual força é capaz de contrabalançar esse poder. Eu acho que é a força das pessoas organizadas.

Nas democracias, as pessoas têm liberdade para se organizar e se manifestar. Elas têm o potencial de exercer um poder tremendo – um poder que talvez seja suficiente para contrabalançar aquele das empresas de combustíveis fósseis. Por isso tenho esperança de que a mudança é possível por meio de um público mobilizado.

Gostaria de insistir nesse ponto. Depois de duas décadas de oportunidades perdidas, do que realmente precisamos: de uma teoria da esperança ou de uma teoria da desobediência radical? Deveríamos começar, como Andreas Malm (2021) sugeriu recentemente, a explodir oleodutos?

Uma teoria da esperança não é contraditória a uma teoria da resistência radical. Pode ser que uma teoria da resistência radical seja simplesmente uma questão de onde colocamos nossas esperanças. Não é uma questão de não ter esperança. Então, a pergunta é: devemos depositar nossas esperanças em atos de sabotagem do tipo que Malm está discutindo ou devemos depositá-las naquilo de que estou falando – o desenvolvimento e a formação de um movimento de massas por mudança social?

Essas alternativas não são necessariamente contraditórias. Malm entende seu projeto como uma ala radical dentro de um movimento mais amplo; não é como se ele acreditasse que esse tipo de ação, por si só, produziria a mudança necessária. Ele a vê como complementar à mobilização pacífica em massa de pessoas enfrentando o poder da indústria dos combustíveis fósseis. Assim, corremos o risco de criar uma oposição onde talvez ela nem exista. Mas eu acho que – talvez tentando aceitar a provocação implícita na sua pergunta: de que há uma espécie de tensão – o objetivo e a orientação estratégica de um movimento climático deveriam ser criar uma vida melhor para o maior número possível de pessoas.

O potencial de uma economia global de emissões líquidas zero é o potencial de tornar a vida das pessoas significativamente melhor do que é agora. As pessoas serão mais saudáveis; haverá mais empregos com a transição para o carbono zero; mais pessoas estarão envolvidas no setor energético se ele for baseado em energia renovável; haverá menos conflitos internacionais; haverá mais das coisas boas que queremos em nossas vidas. Em *How to Blow Up a Pipeline*, Malm (2021) apresenta uma visão de interromper coisas, de bloquear atividades. Há uma diferença política entre nossas posições. Como disse, não acho que essas abordagens sejam organizacionalmente incompatíveis, mas acredito que a visão mobilizadora não deveria ser a de interromper certas atividades. Estrategicamente, não acho que essa seja a visão que queremos. A visão que queremos é a de melhorar as coisas e de produzir mais e melhor as coisas que temos razão para produzir e desejar. É aí que eu colocaria minha ênfase mobilizadora.

Eu gostaria de considerar um exemplo importante de agência política transformadora na história brasileira: Chico Mendes. Ele foi um ativista importante que liderou uma luta que conectava proteção ambiental, direitos dos povos da floresta e justiça social. Na linguagem do seu trabalho, ele talvez seria um hope maker ***– alguém que procura mobilizar a esperança por meio da resistência política e da ação coletiva. Mas ele foi assassinado em 1988 por causa de sua crescente influência política. Um relatório recente da Transparência Internacional (TI, 2025) colocou o Brasil entre os países com o maior número de assassinatos***

de ativistas ambientais no mundo. Como você compreende essa coexistência entre esperança e medo que caracteriza a luta ambiental no Sul Global, particularmente em regiões como a Amazônia?

Chico Mendes é um herói dos movimentos por justiça social e ambiental. Ele foi um líder do movimento operário e um ambientalista engajado. Compreendia a necessidade de unir justiça social e ambientalismo. E foi um líder importante. Sua vida é uma inspiração. Seu assassinato produziu uma indignação que persiste. É algo pelo qual ainda clamamos por justiça. De fato, na linguagem do livro, ele é um *hope maker.*

Um *hope maker* é qualquer coisa – seja uma pessoa, uma teoria ou um desenvolvimento histórico – que nos dá razões para pensar que o objetivo pelo qual nos esforçamos, o objetivo pelo qual trabalhamos e lutamos, torna-se mais possível por causa de sua existência. *Hope makers* podem assumir muitas formas e os ativistas estão entre as mais importantes. Digo isso porque, como já mencionei, existe uma forte oposição social – muito poder social – a essa transição. Chico Mendes foi justamente uma figura extraordinária e inspiradora.

É preocupante ouvir as estatísticas da Transparência Internacional sobre o quão perigoso é realizar trabalho ambiental no Brasil. Isso me faz perceber a posição de relativa segurança a partir da qual eu falo sobre essas questões. Estou consciente disso nesta conversa com vocês. Por isso os movimentos precisam, na medida do possível – e acho que têm a obrigação de fazê-lo –, cuidar uns dos outros. Precisam proteger seus ativistas. Há espaço para refletirmos sobre a ética do ativismo e a necessidade de autoproteção e de proteção comunitária em uma luta que é, fundamentalmente, uma luta democrática.

Nossos companheiros de luta devem ser protegidos, e devemos poder buscar proteção uns nos outros. Na prática, isso envolve muitas coisas e eu não tenho conhecimento suficiente das realidades concretas no Brasil para dizer algo sobre isso. Mas, porque aquilo que esperamos é difícil – porque, por sua própria natureza, é difícil, como diria Tomás de Aquino, trata-se de uma virtude irascível –, sempre existe o perigo de que não seja alcançado. E aqui não me refiro ao perigo físico. Refiro-me ao perigo prático de que nossos objetivos talvez não se realizem. Há medo associado a isso.

Na medida em que a mudança climática é importante, existe o medo real de que talvez não consigamos enfrentá-la adequadamente. Mas os ativistas que lutam pela justiça climática em circunstâncias politicamente perigosas enfrentam um tipo muito diferente de medo: o medo por suas próprias vidas, por seu próprio bem-estar, por sua integridade física e, talvez, pelas vidas de suas famílias. Eles são heróis. Na medida em que conseguem continuar abrindo caminho, eles são, sem dúvida, extraordinários *hope makers.*

A utopia parece desempenhar um papel central na agência política, tanto na formação de coalizões bem-sucedidas quanto na sustentação da motivação ao longo do difícil processo de transição. Como sugeriu o filósofo Ernst Bloch (1986), a esperança é uma aposta no futuro que nos permite agir no presente – um "ainda não". Bloch é uma influência importante em seu trabalho mais recente. Você se vê como parte de uma tradição filosófica contemporânea para a qual a dimensão utópica da política é essencial? Estou pensando aqui, por exemplo, em John Rawls (2019) e sua ideia de utopias realistas.

Sim, absolutamente. Eu realmente penso que a utopia é importante, e isso está ligado à importância da esperança. A esperança é uma atitude – uma emoção – que temos em relação a uma circunstância melhor: é uma atitude ou emoção que nos leva a perseguir essa circunstância melhor; trata-se da busca por uma condição melhor diante da dificuldade e da incerteza. A utopia pode ser pensada como essa condição melhor em direção à qual estamos nos movendo.

Existem diferentes maneiras de compreender essa ideia de utopia. Rawls a conecta, como discutimos, à ideia de teoria ideal. Assim, ele entende a importância da teoria ideal da justiça como aquilo que nos fornece uma utopia realista – uma compreensão dos princípios de justiça que seriam eficazes em condições mais ou menos favoráveis, princípios de justiça que seriam ao mesmo tempo liberais e igualitários, que promoveriam a liberdade individual ao mesmo tempo que restringiriam as desigualdades entre as pessoas. Ele procura desenvolver essa ideia, mas, para ele, a ideia de utopia está sempre vinculada à teoria ideal.

Bloch (1986) tem uma compreensão diferente de utopia. Nos três volumes de sua obra *O princípio esperança*, ele fala de algo que chama de utopia concreta. A utopia concreta parece ser uma imagem do próximo passo, dadas as circunstâncias históricas em que nos encontramos. Ele a conecta à ideia de que há uma tendência no desenvolvimento da sociedade, no passado recente ou no presente, que aponta uma determinada direção. Na medida em que essa direção representa uma condição melhor do que aquela em que vivemos agora, ela constitui uma utopia concreta.

Portanto, a utopia concreta em Bloch é algo mais próximo, penso eu, daquilo que Rawls chamaria de teoria não ideal. Não se trata de uma teoria completa das condições ideais, mas antes de um relato sobre o próximo passo que precisamos dar e que talvez possamos alcançar. Essa dimensão concreta é o que há de mais importante em Bloch. Há uma espécie de realismo embutido em sua compreensão da utopia. Como ela está conectada a uma tendência que já existe na sociedade e na política, há razões para pensar que ela pode ser alcançada, ao menos em parte. Essa ideia é muito interessante para

pensar a teoria política nas circunstâncias atuais: pensar sobre o que poderíamos fazer – de alguma maneira causal, talvez não com todos os passos claramente especificados, mas de forma relativamente clara – a partir da condição em que nos encontramos hoje.

Isso é parte do marxismo de Bloch, embora não precise ser uma ideia aplicável apenas ao marxismo. Bloch via o socialismo como um tipo de sociedade que se desenvolve a partir das próprias dinâmicas do capitalismo – que seria possível compreender causalmente como chegar ao socialismo por meio da agência da classe trabalhadora. E, concordemos ou não que esse seja o mecanismo da mudança social, podemos perceber o que está acontecendo aqui: uma tentativa de identificar um mecanismo ou uma tendência que já existe agora e que pode nos conduzir a uma condição melhor possível. Acho que é útil refletir sobre como poderia ser uma sociedade de carbono zero, dadas as circunstâncias e dinâmicas de nossas sociedades atuais, e sobre como as forças que já existem poderiam ser capazes de produzir essa circunstância.

Seu livro,* Mobilizing Hope*, foi publicado em 2022. Já se passaram quase quatro anos desde seu lançamento. Olhando para esse período, como você avalia os desenvolvimentos em relação aos objetivos da justiça climática e da mobilização política em torno deles? Você acha que avançamos na direção que você esperava ou o momento atual apresenta um cenário mais difícil e desafiador do que aquele descrito em* Mobilizing Hope*?

Certamente o cenário é mais difícil e desafiador agora do que era quando escrevi o livro. Fui inspirado a escrevê-lo pelo movimento *Fridays for Future*, que estava apenas começando a se mobilizar – acho que começou em 2019. Achei aquele movimento tremendamente inspirador, exatamente o tipo de coisa que precisávamos ver: pessoas se mobilizando em favor do carbono zero e enfrentando os interesses das empresas de combustíveis fósseis, que resistiam a esse tipo de mudança.

Esse tipo de mobilização se tornou muito difícil durante os *lockdowns* da pandemia de Covid-19. Penso que grande parte do ímpeto do movimento se perdeu nesse momento. E, então, após o período da Covid-19, entramos em um período de guerras: houve a invasão russa da Ucrânia; e depois a guerra entre Israel e Hamas após os ataques terroristas de 2023. Isso desviou dramaticamente a atenção das pessoas da questão climática. O período de confinamento também enfraqueceu a capacidade das pessoas de se organizarem. Acho que os jovens que estavam envolvidos nesses esforços perderam uma enorme quantidade de energia e de impulso, e isso ainda não foi recuperado. Ainda veremos se uma nova geração – ou a mesma geração de ativistas – encontrará maneiras de voltar a se mobilizar. Mas isso ainda não aconteceu.

Enquanto isso, o clima continua a aquecer e os esforços da *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas* (UN, 1992) continuam insuficientes, como já dissemos. Então, o problema parece se tornar algo cada vez mais difícil.

Eu gostaria de terminar com uma pergunta mais pessoal: o que continua sustentando sua esperança?

A experiência daquelas manifestações do *Fridays for Future* foi importante. Para quem participou delas e viu a capacidade das pessoas de se organizarem, foi marcante. Eu me lembrarei delas por muito tempo.

O fato de que essas questões continuam sendo debatidas e discutidas entre pessoas muito mais jovens do que eu mostra que elas estão sendo levadas a sério e que há pessoas pensando sobre soluções possíveis e sobre formas de enfrentá-las. Isso é um *hope maker* para mim.

Embora o ativismo tenha diminuído em certa medida e a atenção das pessoas tenha sido desviada por eventos terríveis mundo afora, continuamos falando sobre mudança climática. E isso é importante.

Também houve alguns casos judiciais interessantes. Talvez eles se internacionalizem e venham a se tornar pontos em torno dos quais as pessoas também possam se mobilizar. Veremos.

Acho que, muitas vezes, a esperança de que precisamos não surge necessária e diretamente da política. Ela também nasce de nossas vidas pessoais. Somos apoiados por nossos amigos e entes queridos de maneiras que nos permitem ter coragem e energia para tentar fazer diferença no mundo. Eu conto com esse suporte na minha própria vida – através da minha esposa, minha filha e meus amigos.

Editores responsáveis:
Renata Francisco, Fernando Bee.
Recebido para avaliação
em 20 de maio de 2026.
Aprovado para publicação
em 16 de julho de 2026.
NOVOS ESTUDOS CEBRAP
135, mai.-ago. 2026
p. 1-18

DARREL MOELLENDORF [ORCID: 0000-0002-5600-8242] é professor de Teoria Política Internacional e de Filosofia na Universidade Johann Wolfgang Goethe de Frankfurt am Main. Sua produção acadêmica concentra-se em temas como teorias da justiça, justiça internacional e justiça climática. Seu livro mais recente é *Mobilizing Hope: Climate Change and Global Poverty.*

LUCAS PETRONI [ORCID: 0000-0001-9299-4767] é pesquisador do Cebrap e professor da Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas (EESP FGV).

GUILHERME CARDOSO DE MORAES [ORCID: 0000-0002-2240-1142] é pesquisador do Cebrap e doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁGICAS

Bloch Ernst. *The Principle of Hope.* Cambridge: MIT Press, 1986, 3 v.

Feinberg, Joel. The Rights of Animals and Unborn Generations. In: Blackstone, William T. (ed.). *Philosophy and Environmental Crisis*. Atenas: University of Georgia Press, 1974, p. 43-68.

Malm, Andreas. *How to Blow Up a Pipeline: Learning to Fight in a World on Fire.* Londres: Verso, 2021

Mittiga, Ross. *Climate Change as Political Catastrophe: Before Collapse.* Oxford: Oxford University Press, 2024.

Moellendorf, Darrel. *Cosmopolitan Justice*. Boulder: Westview Press, 2002.

Moellendorf, Darrel. *Global Inequality Matters. Basingstoke;* Nova York: Palgrave Macmillan, 2009.

Moellendorf, Darrel. *The Moral Challenge of Dangerous Climate Change: Values, Poverty, and Policy.* Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

Moellendorf, Darrel.*Mobilizing Hope: Climate Change and Global Poverty.* Nova York: Oxford University Press, 2022.

Parfit, Derek. *Reasons and Persons.* Oxford: Clarendon Press, 1984.

UN – United Nations. United Nations Framework Convention on Climate Change. Nova York: United Nations, 1992.

Rawls, John. *Uma teoria da justiça.* São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Rawls, John. *O direito dos povos.* São Paulo: Martins Fontes, 2019.

TI – Transparency International. 2024 Corruption Perceptions Index: Corruption Fuels Environmental Crime across the Americas. Berlim: Transparency International, 2025.

DISPONIBILIDADE DE DADOS

Não se aplica.

USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Os autores utilizaram o software Turbo-Scribe para transcrever a entrevista e contaram com o auxílio do ChatGPT(5.5) para traduzi-la. Todo o material foi revisado e validado pelos autores.

FINANCIAMENTO

Esta entrevista foi realizada no âmbito do projeto *Justice in the XXI Century: A Perspective from Latin America* (JUSTLA), financiado pela União Europeia por meio da ação *HORIZON-Marie Skłodowska-Curie Staff Exchanges* (ID: 101183054), do projeto *Embedding Justice: New Frameworks of Social and Climate Justice in Contemporary Political Theory,* financiado pela Fapesp (2025/09557-5), e do projeto *Devemos (des)obedecer leis injustas?,* financiado pela Fapesp (2022/09444-8), cujo apoio institucional agradecemos.

CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram não possuir conflitos de interesse.

CC BY